ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS -BA
DISPENSA N° 005/2025
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS -BA
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.
CONTRATADO (A): UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME - CNPJ: 18.805.649/0001-45
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inc. II, da Lei n° 14.133/21.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 25.200,00 (VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: 03/02/2025 A 03/02/2026.
EXERCÍCIO: 2025

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 007/2025

ÓRGÃO/SETOR:	**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA**
OBJETO:	**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

AUTUAÇÃO

Processo Administrativo autuado na data de hoje, para os devidos fins de direito.

Candeias - Bahia, 17 de janeiro 2025.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

PORTARIA agente de contratação Nº **003/2025**, CMC_CONTAB
02 de janeiro de 2025.

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições da Comissão e Agente de Contratação conforme da lei 14.133/21"

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que conforme artigo art. 8 a Lei Federal 14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CONSIDERANDO que a natureza específica da norma contida na dicção do antedito art. 8º e, para além disso, a estrutura e envergadura da Câmara Municipal de Candeias, carente de quadro de servidores com expertise condizente, inclusive, com as diretrizes de governança.

CONSIDERANDO que, da interpretação sistemática da norma inserta no art. 7º, incisos I e II, conclui-se pela viabilidade da nomeação de servidor titular de cargo com provimento em comissão para exercer a função de Agente de Contratação, desde que inexista servidores efetivos com aptidão para tanto, aliada a qualificação técnica compatível e demonstração que o designado possui atribuições relacionadas a licitações e contratos.

CONSIDERANDO, por fim, o teor do parecer nº 00627-22 exarado no bojo do processo eTCM-BA nº 05320e22, de autoria da Assessoria Jurídica da Egrégia Corte de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como Agente de Contratação o Sr. **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS, MATRÍCULA Nº 3886**, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - O agente de contratação ou pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio, que será composta pelos seguintes servidores:

I- ROSIVALDO FREITAS: - **MEMBRO**;
II- CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. O Agente de Contratação responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Art. 3º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Candeias-Bahia, a Comissão de Contratação, que, substituindo o Agente de Contratação, atuará em licitação que envolva bens ou serviços especiais, bem como nos procedimentos auxiliares, que contará com a seguinte composição:

I. ROSIVALDO FREITAS: - **PRESIDENTE**;
II. CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**;
III. FREDERICO CUSTODIO DA SILVA: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4º Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;
II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
V - verificar e julgar as condições de habilitação;
VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º A instrução dos processos de contratação direta, previstos no art. 72 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços especiais e/ou complexos.

§ 2º A instrução dos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, à Comissão de Contratação ou ao Agente de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços comuns.

Art. 5º - A Comissão de Contratação e o Agente de contratação será assistida em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Presidência da Câmara Municipal de Candeias/Ba, 02 de JANEIRO de 2025

ROSANA DE SOUZA SILVA
Presidente da Câmara da Municipal

Diário Oficial
CÂMARA MUNICIPAL
CANDEIAS - BAHIA

Ano 20
Número 1421
13 de janeiro de 2025

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

PORTARIA agente de contratação Nº **003/2025**, CMC_CONTAB
02 de janeiro de 2025.

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições da Comissão e Agente de Contratação conforme da lei 14.133/21"

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que conforme artigo art. 8 a Lei Federal 14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CONSIDERANDO que a natureza específica da norma contida na dicção do antedito art. 8º e, para além disso, a estrutura e envergadura da Câmara Municipal de Candeias, carente de quadro de servidores com expertise condizente, inclusive, com as diretrizes de governança,

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

CONSIDERANDO que, da interpretação sistemática da norma inserta no art. 7º, incisos I e II, conclui-se pela viabilidade da nomeação de servidor titular de cargo com provimento em comissão para exercer a função de Agente de Contratação, desde que inexista servidores efetivos com aptidão para tanto, aliada a qualificação técnica compatível e demonstração que o designado possui atribuições relacionadas a licitações e contratos.

CONSIDERANDO, por fim, o teor do parecer nº 00627-22 exarado no bojo do processo eTCM-BA nº 05320e22, de autoria da Assessoria Jurídica da Egrégia Corte de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como Agente de Contratação o Sr. **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS, MATRÍCULA Nº 3886,** para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - O agente de contratação ou pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio, que será composta pelos seguintes servidores:

I- ROSIVALDO FREITAS: - **MEMBRO**;
II- CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. O Agente de Contratação responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

Art. 3º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Candeias-Bahia, a Comissão de Contratação, que, substituindo o Agente de Contratação, atuará em licitação que envolva bens ou serviços especiais, bem como nos procedimentos auxiliares, que contará com a seguinte composição:

I. ROSIVALDO FREITAS: - **PRESIDENTE**;
II. CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**;
III. FREDERICO CUSTODIO DA SILVA: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4º Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;
II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
V - verificar e julgar as condições de habilitação;
VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
VIII - indicar o vencedor do certame;

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º A instrução dos processos de contratação direta, previstos no art. 72 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços especiais e/ou complexos.

§ 2º A instrução dos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, à Comissão de Contratação ou ao Agente de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços comuns.

Art. 5º - A Comissão de Contratação e o Agente de contratação será assistida em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Presidência da Câmara Municipal de Candeias/Ba, 02 de JANEIRO de 2025

ROSANA DE SOUZA SILVA
Presidente da Câmara da Municipal

11

CERTIFICADO

Certificamos que

MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS

Concluiu o **CURSO FORMAÇÃO DE PREGOEIRO**, realizado pelo Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, CNPJ: 05.277.208/0001-76, nos dias 09, 10 e 11 de dezembro de 2020, 100% online, carga horária de 11 (onze) horas, com aproveitamento de 93,33 %, a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas legais.

Salvador/BA, 5 janeiro 2021

RAFAEL LOGRADO
Presidente do IMAP

IMAP

9d90-6ee4-4fda-be5a-25e34a3fe2af

PROGRAMAÇÃO

09DEZ - QUARTA

08H 50 Credenciamento

09H A FORMALIZAÇÃO DA FASE INTERNA DO PREGÃO
Palestrante: HERALDO PASSOS JR

11H APLICAÇÃO DA ESTRUTURA NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE AO PREGÃO
Palestrante: HERALDO PASSOS JR

14H 30 O PROCEDIMENTO DA FASE EXTERNA DO PREGÃO PRESENCIAL
Palestrante: RAFAEL LOGRADO

16H 30 GESTÃO DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL
Palestrante: DIEGO MELO

10DEZ - QUINTA

14H 30 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO PREGÃO ELETRÔNICO E DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA
Palestrante: RAFAEL LOGRADO

15H ETAPAS DO PLANEJAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO
Palestrante: DELZA ASSIS

15H 45 A FASE EXTERNA DO PREGÃO ELETRÔNICO: REGRAS E INOVAÇÕES
Palestrante: RAFAEL LOGRADO

11DEZ - SEXTA

09H A ADOÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Palestrante: JOELSON AZEVEDO

09H 30 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Palestrante: AMANDA ARAGÃO

10H 30 A RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO LICITATÓRIO
Palestrante: CRISTIANO LÁZARO

11H ENCERRAMENTO

FUNDACEM

FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM

CERTIFICADO

Certificamos que **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS** *concluiu o Curso de* **LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Com "Formação em Agente de Contratação"**, *promovido pela* **Fundação César Montes - FUNDACEM** *no período de 19 de março a 01 de maio de 2022 com duração de 100 horas.*

Salvador - Bahia, 02 de maio de 2022.

José César Montes
Coordenador Geral do Curso
Presidente da FUNDACEM

Bernarda Bastos da Silva
Coordenadora Pedagógica
da FUNDACEM

53

HISTÓRICO ESCOLAR

DISCIPLINA	NOTA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	9,4	ANTONIO FRANÇA DA COSTA	MESTRE
PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO	9,4	RICARDO LUIZ SOUZA SANTOS	ESPECIALISTA
CONTRATAÇÃO DIRETA	9,4	ALESSANDRO PRAZERES MACEDO	MESTRE
CARGA HORÁRIA TOTAL	**100**	**O ALUNO OBTEVE FREQÜÊNCIA MÉDIA DE**	**100%**

COORDENADOR GERAL DO CURSO

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Candeias - BA, 13 de janeiro de 2025

Ao Sr. Marcelo Silvestre dos Santos

Departamento de Licitação

Em face da necessidade e possibilidade da futura Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, solicito, pelo presente, pesquisa de preços, bem como o relatório final de valor, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial. Encontra-se, anexo, o Termo de referência para realização do procedimento supracitado.

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Atenciosamente,

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Órgão responsável: Câmara Municipal de Candeias.

1- OBJETO:

1.1 Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, conforme especificações estabelecidas abaixo.

2 - JUSTIFICATIVA:

2.1. A Câmara Municipal de Candeias entende que a demanda da prestação de contas eletrônica é um apontamento de rejeição de contas pelo tribunal de contas no momento em a Entidade não realiza a sua informação legível e em arquivo digitalizado compactado e que possibilite a leitura e tanto para a sociedade, como também ao cidadão sendo necessário que documentos como Leis, Decretos, Portarias e demais atos administrativos, Processos de Pagamento, Folhas de Pagamentos, Prestações de Contas, Documentação de Receitas e Despesas, dentre outros. São documentos e informações financeiras, etc., aos quais se somam mensalmente tantos outros resultantes dos processos de trabalho típicos da área.

Para tanto, propõe-se mediante desta demanda a contratação de empresa especializada para realização de serviços de

digitalização e tratamento dos documentos em papéis de todos os setores desta Câmara Municipal.

A gestão eletrônica de documentos permite implementar sistemas de informação eficazes, reduz o tempo gasto em atividades diárias de produção, localização e distribuição documental, assegura a integridade das informações registradas, preservando os documentos, dinamizando e democratizando o acesso e racionalizando a ocupação espacial, diante da substituição de grandes massas documentais antes suportadas em papel.

Além disto, proporciona ao utilizador uma maior flexibilidade na recuperação de documentos, além de também permitir melhor administração e racionalização do volume de documentos, visto que os documentos armazenados tornam-se disponíveis aos utilizadores para consulta e recuperação através dos terminais da rede de computadores.

Como dito antes, para controlar este imenso mundo de informações digitais, quer sejam ou não originalmente eletrônicas é preciso iniciar pela compatibilização da base documental já existente.

O processo de implementação necessita de hardware e software específico, como scanners para captação de imagens, discos ópticos para armazenamento, placas de otimização do tráfego da rede, além, naturalmente, da intervenção de força de trabalho especializada nestas atividades, razão pela qual se justifica a presente proposição.

2.2. Então, a justificativa de contratação espraia-se, justamente, na incipiente obrigatoriedade de informar os dados do órgão e dos servidores e trabalhadores que lhes prestam serviços, independente da categoria, se efetivo, contratado, nomeado ou gestor público, todos precisaram ser informados, logo, a contratação da assessoria se justifica para a orientação correta dos leiautes e suas validações e regras exigidos pelo Tribunal de Contas.

2.3. Ante as razões elencadas supra, que, diga-se de passagem, não são as únicas, é que se justifica a necessidade da contratualização em vértice.

2.4. Assim, resta evidente que o quanto elencado alhures amplificou a obrigatoriedade desta Casa em adotar de medidas que tenha por escopo atender essas finalidades.

2.5. Diante da estimativa de baixo vulto suger-se a contratação de empresa por **Dispensa de Licitação**, nos termos exigidos no inciso II, do art. 75, da Lei 14.133/2021.

3 - DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

3.1. O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações, especificadamente seu artigo 75, II.

3.2. O procedimento observado obedece ao disposto no artigo 72, incisos I a VIII, bem como o Decreto Legislativo n° 099/2023.

3.3. Nas palavras do ilustre professor Ronny Charles: *"Quando a lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor forma de contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve eficaz ao atendimento do interesse público naquela hipótese específica."*

3.4. No presente caso, a dispensa de licitação torna-se mais viável ao procedimento licitatório, porém deve ser pormenorizada em um procedimento formal, não sendo afastado nenhuma das premissas básicas de um procedimento licitatório, como a busca pelo melhor atendimento à finalidade pública e respeito a princípios basilares como a impessoalidade, moralidade, publicidade dentre outros;

3.5. A contratação, via dispensa de licitação, em razão do montante total e da apresentação da proposta mais vantajosa, torna-se menos custosa economicamente e pragmaticamente do que à realização do processo licitatório, além de tornar mais célere e eficiente a contratação, que visa à consecução do interesse público.

3.6 Por se tratar de uma prestação de um serviço/fornecimento comum, onde existe a possibilidade de aferição dos padrões de desempenho e qualidade pretendidos mediante as informações contidas neste termo de referência, entendemos pela desnecessidade do estudo técnico preliminar e análise de riscos.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. O serviço/fornecimento contratado será realizado por execução indireta.

4.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Execução na sede do escritório da contratada;

b) Visitas à Câmara Municipal de Candeias, entre a segunda e sextas feiras das 08:00 as 17:00; Conforme a necessidade da contratante.

4.3. A CONTRATADA deverá executar o serviço/fornecimento utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

5 - ESPECIFICAÇÕES / DETALHAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇAO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO, LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS E CESSÃO DE UMA DIGITALIZADORA DE ALTA PERFORMANCE EM REGIME DE COMODATO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS A FIM DE ATENDER AS NOVAS DIRETRIZES DO TRIBUNAL DE CANTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA.	MÊS	12		

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

O valor global estimado da contratação é de **R$** .....

5.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1.1 Sistema de Document Imaging. Possibilita a digitalização, indexação, visualização e gerenciamento de documentos digitais através de uma estrutura de pastas e documentos.

5.1.2 Apresentação em interface gráfica e idioma em português para captura, visualização, edição, indexação e exportação;

5.1.3 Executar em plataformas compatíveis com Windows XP e Windows Vista Enterprise/Ultimate.

5.1.4 Compatibilidade com os sistemas gerenciadores de banco de dados MS- Acess, Firebird, MS-SqlServer e Oracle.

5.1.5 Conexão ao scanner com os protocolos de comunicação padrão de mercado TWAIN e ISIS, possibilitando preservar e explorar todos os recursos oferecidos pelo driver original do equipamento;

5.1.6 Capacidade de criar perfis de digitalização de acordo com o tipo de documento e imagem a ser digitalizado, configurando-se parâmetros de formato de cor, resolução óptica, tipo de compressão,contraste, tamanho da folha, captura de frente/verso e detecção de fim de papel, interagindo com a placa de processamento de imagem do scanner para esse fim.

5.1.7 Configuração do formato do papel a ser digitalizado: retrato ou paisagem;

5.1.8 Detecção automática do tamanho do papel;

5.1.9 Capacidade de compactação em formato TIFF com os algoritmos CCITT Grupo 3 (1D), CCITT Grupo 3 (2D), CCITT Grupo 4 (2D) e TIFF/JPEG.

5.1.10 Suporte a documentos coloridos e em tons de cinza;

5.1.11 Capacidade de eliminar linhas laterais;

5.1.12 Recursos para tratamento das imagens digitalizadas por meio de operações de realinhamento (deskew), remoção de sujeiras (despeckle), remoção de sombras (deshade), eliminação de bordas pretas e eliminação de bordas brancas.

5.1.13 Capacidade de aplicação de zoom para ampliação e redução na visualização das imagens digitalizadas; Controle de resolução (DPI);

5.1.14 Capacidade de realização de ajustes de qualidade de imagem sem necessidade de redigitalização;

5.1.15 Possibilidade de reorganizar as imagens de um documento com múltiplas imagens, não havendo a necessidade de redigitalizar a imagem na posição correta;

45.1.16 Possibilidade de chamada de aplicativo externo para edição das imagens digitalizadas que permita realçar, retocar e alterar as imagens, melhorando sua visibilidade;

5.1.17 Eliminar automaticamente páginas em branco durante a digitalização;

5.1.18 Possibilidade de eliminar páginas com um determinado tamanho (Kb);

5.1.19 União de páginas (frente e verso) digitalizadas num só arquivo.

5.1.20 Inexistência de imposição de limites na quantidade de páginas processadas;

5.1.21 Controle de temporizador da mesa do scanner.

5.1.22 Opção de visualização simultânea de 1, 2, 4, 8, 16 ou 32 imagens digitalizadas.

5.1.23 Capacidade de realizar auto-rotação das imagens (em 90, 180 e 270 graus), permitindo a alimentação de documentos em diferentes posições;

5.1.24 Capacidade de separação automática de documentos utilizando uma folha em branco ou utilizar uma folha com código de barras pré-definido ou ainda indicando a quantidade de documentos;

5.1.25 Possibilidade de criação de perfis de tratamento de imagem;

5.1.26 Possuir recurso de drop-out de cor (remoção de cor: vermelho, verde e azul) visando prover um melhor econhecimento de caracteres;

5.1.27 Gerenciamento de imagens e documentos em storage seguro sem a necessidade de mapeamento da unidade de disco;

5.1.28 Controle de acesso por usuário e funcionalidade, com permissões individuais ou por grupo de trabalho;

5.1.29 Possibilidade de utilizar no processo de indexação uso de código de barras, uso de OCR/ICR, validação com arquivos e tabelas em banco de dados externos e digitação manual;

5.1.30 Capacidade de definição dos campos de indexação em páginas de imagem diferentes;

5.1.31 Capacidade de realização da leitura de códigos de barras e utilização dos valores dos códigos de barra lidos (inclusive partes dos valores) como índice dos documentos;

5.1.32 Geração de relatórios estatísticos do sistema, informando dados referentes quantidade de imagens digitalizadas, quantidade de documentos criados, etc.

5.1.33 Capacidade de processamento de OCR full-text em lotes de documentos;

5.1.34 Validação de campos através de banco de dados pré-existentes, sem a necessidade de criação de código;
5.1.35 Possibilidade de leitura de código de barras em quatro diferentes orientações: 0°, 90°, 180° e 270° sem a necessidade especificar uma posição fixa no documento;

5.1.36 Reconhecimento de códigos de barra padrões de mercado, inclusive 25, 25 intercalado, 39, EAN e UPC, patch codes e códigos de barras bidimensionais.

5.1.37 Capacidade de criação de número ilimitado de índices (indexação), sem restrição de tamanho e sem restrição de quantidade de registros, em formato numérico e alfanumérico;

5.1.38 Possibilidade de importação de imagens/arquivos eletrônicos pré-existentes (TIFF, JPG e PDF) em modo assistido ou batch.

5.1.39 Processamento de OCR, ICR e OMR em zonas pré-definidas facilitando a indexação;

5.1.40 Capacidade de exportar imagens nos mais diferentes formatos de arquivos: TIFF, JPEG, GIF, BMP, PNG, PDF, PDF/A e PDF Pesquisável.

5.1.41 Capacidade de gravação de arquivo de índices em formato texto com separadores (CSV - comma-separated values).

6. ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS DOS SCANNERS -

01 (UM) - Scanner Duplex Colorido A4 ADF + Mesa digitalizadora
Especificações Funcionais

- Tecnologia: sensor de imagem triplo CCD; • Resolução óptica: 600 ótico;
- Resolução de saída: 50-600 dpis; 1200 dpis;
- Escala de Cinza: 10 bits/1024 níveis (interno), 8 bits/256 níveis (saída); • Colorido: 24-bit em uma única passagem;
- Volume diário de processamento: 5000 folhas formato A4.

Velocidade do Scanner

	Modo	Retrato/ Paisagem
Bitonal / Grayscale 200 dpi	Simplex	60ppm
Bitonal / Grayscale 200 dpi	Duplex	120ipm
Colorido 200 ou 300 dpi	Simplex	40ppm
Colorido 200 ou 300 dpi	Duplex	80ipm

- Modo de digitalização: Simplex (frente) e Duplex (frente e verso);
- Alimentador Automático de Documentos (ADF) + Mesa digitalizadora (Flatbed) - Alimentação contínua e mesa digitalizadora;
- Capacidade do ADF: 50 folhas (A4, 80 g/m²);
- Tamanho de documento: o Mínimo no ADF (A8) (53 mm x 74 mm); o Máximo no ADF (216 mm x 355.6 mm); o Máximo na mesa digitalizadora (216 mm x 297 mm); • Digitalização de documentos longos de até 3 m;
- Gramatura do papel: entre 41 a 210 g/m²;
- Conexão: Ultra SCSI (Half-pitch 50 pin) e USB 2.0;
- Drivers: TWAIN (Windows® 2000 / Windows® XP / Windows® 2003 / Windows® Vista / Windows® 2008 / Windows® 7), ISIS™ (Windows® 2000 / Windows® XP / Windows® 2003 / Windows® Vista / Windows® 2008 / Windows® 7) e SANE (Linux).

Especificações Físicas

Acompanha cabo USB, mídias de instalação dos softwares e drivers, cabo de força e demais itens necessários para o funcionamento do equipamento;

- Aderente ao padrão Energy Star e FCC classe B Energy Save, controle de desligamento da lâmpada e economia de energia quando inativo;
- Manual Completo;

01 - Scanner Colorido Duplex A3 ADF

Especificações Funcionais

- Tecnologia: sensor de imagem dual CCD; •
Resolução óptica: 600 dpi;
- Resolução de saída: 50-600 dpi;
- Escala de Cinza: 10 bits/1024 níveis (interno), 8 bits/256 níveis (saída); •
Colorido: 24 bits em uma única passagem
- Volume diário de processamento: 5000 folhas.

Velocidade do Scanner

	Modo	Retrato/ Paisagem
Mono 200dpi	Simplex	35ppm/50ppm
Mono 200dpi	Duplex	70ipm/100ipm
Colorido 200dpi	Simplex	35ppm/50ppm
Colorido 200dpi	Duplex	70ipm/100ipm

- Modo de digitalização: Simplex (frente) e Duplex (frente e verso);
- Alimentador Automático de Documentos (ADF);
- Capacidade do ADF: 100 folhas (letter/A4, 80 g/m2.);
- Digitalização de documentos longos de até 863 mm;
- Gramatura do papel: entre 52 a 127 g/m²;
- Conexão: Ultra SCSI (Half-pitch 50 pinos) e USB 2.0;
- Drivers: TWAIN (Windows® 2000 / Windows® XP / Windows® 2003 / Windows® Vista / Windows® 2008 / Windows® 7), ISIS™ (Windows® 2000 / Windows® XP / Windows® 2003 / Windows® Vista / Windows® 2008 / Windows® 7) e SANE (Linux).

Especificações Físicas

- Alimentação bivolt 100 a 127 VAC e 220 a 240 VAC;
Acompanha cabo USB, mídias de instalação dos softwares e drivers, cabo de força e demais itens necessários para o funcionamento do equipamento;
- Aderente ao padrão Energy Star e FCC classe B;

• Energy Save, controle de desligamento da lâmpada; • Manual Completo.

01 - Scanner Departamental Duplex Colorido A4

Especificações Funcionais

• Tecnologia: sensor de imagem dual CCD; • Resolução óptica: 600 dpi;

• Resolução de saída: 50-600 dpi;

• Escala de Cinza: 10 bits/1024 níveis (interno), 8 bits/256 níveis (saída); • Colorido: 24-bits em uma única passagem;

• Volume diário de processamento: 5.000 folhas formato A4.

Velocidade do Scanner

	Modo	Retrato/ Paisagem
Bitonal / Grayscale 200	Simplex	60ppm
Bitonal / Grayscale 200	Duplex	120ipm
Colorido 200 ou 300 dpi	Simplex	40ppm
Colorido 200 ou 300 dpi	Duplex	80ipm

• Modo de digitalização: Simplex (frente) e Duplex (frente e verso);

• Alimentador Automático de Documentos (ADF) - Alimentação contínua; Suporta documentos de tamanhos e gramaturas diferentes em um mesmo lote de documentos na mesma bandeja;

• Capacidade do ADF: 50 folhas (Letter/A4, 80 /m²);

• Capacidade da bandeja de saída: até 100 folhas;

• Tamanho de documento: Mínimo no ADF (A8) (52 mm x 74 mm); Máximo no ADF (216 mm x 356 mm);

• Digitalização de documentos longos de até 3 m;

• Gramatura do papel: entre 41 a 210 g/m²;

• Conexão: Ultra SCSI (Half-pitch 50 pin) e USB 2.0;

• Drivers: TWAIN (Windows® 2000 / Windows® XP / Windows® 2003 / Windows® Vista / Windows®

2008 / Windows® 7), ISIS™ (Windows® 2000 / Windows® XP / Windows® 2003 / Windows® Vista / Windows® 2008 / Windows® 7) e SANE (Linux).

Especificações Físicas

Alimentação bivolt 100 a 127 VAC e 220 a 240 VAC;

- Consumo máximo de 42W ou menos;
- Acompanha cabo USB, mídias de instalação dos softwares e drivers, cabo de força e demais itens necessários para o funcionamento do equipamento;
- Aderente ao padrão Energy Star e FCC class B Energy Save, controle de desligamento da lâmpadae economia de energia quando inativo;
- Manual Completo.

6 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO e EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, com fornecimento de mão de obra de apoio operacional e de insumos de mão de obra (uniformes e equipamentos de proteção) necessários à execução dos serviços/fornecimento nas dependências da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.

6.2. A contratação em tela visa dar continuidade aos serviços/fornecimento acessórios que dão sustentabilidade à otimização e adequação das atividades da administração pública, em suas atribuições finalísticas.

6.3. Os serviços/fornecimento deverão ser executados com zelo e destreza, e de acordo com as descrições, detalhamento e

especificações contidas nesse Termo de Referência, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério da Administração.

7 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, serão exigidos conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021 os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto desta contratação.

7.2. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

1. Contrato social da empresa (todas as alterações ou última consolidação);
2. Documento de Identificação dos sócios da empresa;
3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal
5. Regularidade perante a Fazenda Municipal;
6. Regularidade perante a Fazenda Estadual;
7. Regularidade perante a Fazenda Federal;
8. Regularidade perante a Caixa Econômica Federal;
9. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
10. Atestado de capacidade técnica profissional e/ou operacional;

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização da contratação, decorrente desta dispensa de licitação, será acompanhada e fiscalizada por servidor da Administração, especialmente designados, nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021.

8.2. A contratante deverá indiciar um responsável legal, através de documento encaminhado para o e-mail copel.cmc@hotmail.com ou protocolado pessoalmente no setor de licitações e contratos deste município, indicando os respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa municipalidade na execução do contrato decorrete da dispensa de licitação objeto deste termo de referência.

9 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida dispensa de licitação, se dará:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 e seus incisos da Lei Federal 14.133/21.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal 14.133/2021.

10 - RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

10.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA.
Projeto / Atividades: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

Os recursos têm como origem o orçamento vigente do Legislativo Municipal licitante e as que lhe corresponderem no exercício financeiro subsequente.

11 - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A seleção do prestador deverá ser baseada com base nos requisitos previstos neste termo de referência, atrelado a proposta mais vantajosa apresentada a ser apresentada pela empresa.

11.2. A empresa a ser contratada deverá ser do ramo da atividade, e cumprir todos os requisitos de habilitação exigidos, especialmente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica exigidos neste termo de referência.

12 - DO PRAZO CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato é fixado a partir da data da sua assinatura e terá duração até 02 de FEVEREIRO de 2025.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

13.1.1. executar os serviços/fornecimento conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

13.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

13.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;

13.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços/fornecimentos a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.1.5. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

13.1.6. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

13.1.7. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

13.1.8. relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.1.9. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.10. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.1.11. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

13.2. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

13.3. Os termos indicados na proposta vinculam a referida contraração;

14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1.1 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

14.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

14.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A Câmara Municipal de Candeias reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos contantes na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Legislativo 099/2023.

15.3. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias à prestação dos serviços, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Candeias, em 24 de janeiro de 2025.

Rosana de Souza Silva

Presidente da Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Candeias - BA, 16 de janeiro de 2025

PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Prezado (a) Senhor (a) fornecedor,

Pelo presente, solicitamos cotação de preços, se possível no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento deste, para a execução de objeto contido no termo de referência, anexo. A escolha desta empresa se deu em razão da mesma ser uma tradicional prestadora de serviços no ramo de contratação pretendida.

Certos de contarmos com a colaboração de Vossas Senhorias, agradecemos.

Recebido em:

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS E MODELO DE APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Servimo-nos do presente para solicitar que realize, até a data de 21/01/2025, cotação para o fornecimento dos materiais e/ou serviços relacionados no Modelo de Apresentação de Cotação de Preços, que acompanha a presente solicitação, e em observância as informações nele contidas, e condições a seguir especificadas:

1. O endereço de entrega para efeitos de formação do preço é Av. dos Três Poderes S/n, CEP 43.800-000, telefone (71) 3605-8100, e/ou e-mail copel.cmc@hotmail.com

2. A validade da cotação de preços deve de no mínimo 60 (sessenta) dias.

3. A presente consulta presta-se para formação de preço de referência, sendo que a Câmara Municipal de Candeias poderá realizar, posteriormente, por meio de PROCESSO LICITATÓRIO ou DISPENSA DE LICITAÇÃO, a formalização da aquisição/contratação.

4. A contratação por meio de PROCESSO LICITATÓRIO ou DISPENSA de LICITAÇÃO ocorre mediante a emissão de Nota de Empenho, consulta de regularidade fiscal e pagamento contra a entrega, depois de conferidos os materiais ou serviços recebidos.

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

5. De acordo com a norma da Receita Federal do Brasil, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal pelo fornecimento de bens e serviços, por ocasião do pagamento, serão retidos na fonte tributos federais (IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP), nos percentuais estabelecidos na referida norma, das empresas que não forem optantes pelo Simples Nacional, além dos percentuais relativos ao ISSQN (2~5%), quando da prestação de serviços.

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

Dados da empresa:

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade/UF: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.	MÊS	12 Meses	R$	R$
				TOTAL GLOBAL	**R$**

Telefones: _____

E-mail: + _____

Contratação de empresa especializada no ramo para a prestação de serviços de assessoria e consultoria na implantação das rotinas do e-Social na Câmara Municipal de Candeias, englobando toda a

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

normatização e capacitação dos servidores do Setor de RH, treinamentos e atualizações sobre as possíveis mudanças ao longo do processo de implantação, conforme discriminação constante na planilha acima.

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

Os serviços serão executados conforme a necessidade e demanda da Câmara Municipal de Candeias, por meio de profissionais credenciados e habilitados pertencentes à equipe técnica da empresa, com comprovada experiência, qualificação técnica e capacitação profissional.

Cabe à empresa assumir as despesas necessárias ao cumprimento da prestação de serviços técnicos e profissionais especializados, principalmente, as decorrentes de viagens e locomoção de seus profissionais, inclusive, no caso de diárias e refeições.

Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato até o dia 02 de fevereiro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Dados bancários:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: ____

Prazo de validade da cotação: ____/____/____.

Prazo de entrega: até ____ dias.

Local e data_____

Responsável pelo orçamento

_____

Assinatura e carimbo da empresa

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

CANDEIAS - BA, 23 de JANEIRO de 2025.

Em face de solicitação da pesquisa de preços para obtenção de preço referencial para futura Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, encaminho, pelo presente, a pesquisa de preços, relatório final de valor (mapa comparativo) e a documentação necessária para comprovar o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimos, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial. O valor estimado para contratação é de **R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)**. Anexo encontram-se os preços extraídos por cotação. Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
REGIÃO METROPOLITANA

ESTUDO DE PREÇOS PRATICADOS NA REGIÃO

EMPRESAS/CIDADE	UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	EXITO GESTÃO TECNOLOGICA	LIBERY SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
VALOR GLOBAL/MENSAL	R$ 25.200,00/ R$ 2.100,00	R$ 30.000,00 / R$ 2.500,00	R$ 27.840,00/ R$ 2.320,00
	VALOR: R$ 28.980,00 (MÉDIA GLOBAL) 2.100,00 + 2.500,00 + 2.320,00 = 6.920,00 / 3 = 2.306,67 (MEDIA MENSAL)		

Diante do estudo realizado o valor aceitável para contração deve-se estabelecer no calculo da média aritmética acima descrita.

É o estudo que submeto a autoridade competente.

Rosivaldo Freitas
Presidente da Comissão de Licitação

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

42

Digtek
Gerenciamento eletrônico de documentos
TCMBA

COTAÇÃO DE PREÇO

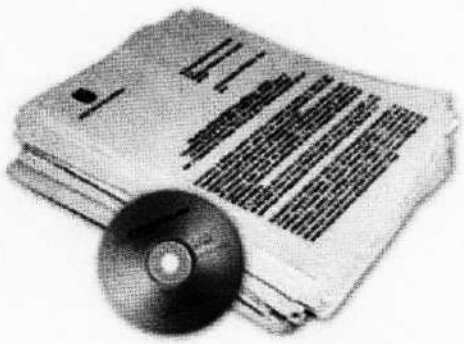
G.E.D. – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS

e

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS

UNIPÚBLICA
Consultoria e Assessoria Ltda.

Câmara Municipal de Candeias - Bahia



UNIPÚBLICA - Consultoria e Assessoria Ltda.
Telefone: (75) 99133-3030
Rua ACM, nº 913 - Sala 101 - Parque Ipê
44.054-005 - Feira de Santana - Bahia

UNIPÚBLICA
Consultoria e Assessoria Ltda.

www.unipublica.com.br

Digtek
Gerenciamento eletrônico de documentos
@TCMBA

Câmara de Candeias - Bahia

Razão Social: UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	
CNPJ: 18.805.649/0001-45	Inscrição Estadual: 111.489.736 ME
Endereço: Rua Antônio Carlos Magalhaes,913 - Cidade: Feira de Santana Estado: Bahia	
Telefone – 75 99133-3030	Email – neide@unipublica.com.br
Banco do Brasil - Agencia 3128-3	Conta Corrente – 31.384-X Unipublica Consultoria

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de licença de uso de software de digitalização.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	Valor UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de e documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.	Mês	12	2.100,00	25.200,00
				VALOR TOTAL (R$):	25.200,00

Valor Total: $ 25.200,00 – (Vinte e cinco mil e duzentos reais);

Pelo presente, declaro concordar com os termos e condições da contratação, apresentadas.

Feira de Santana - Bahia, 17 de janeiro de 2025

Atenciosamente,

Maria Neide de Santana Reis
UNIPÚBLICA - Consultoria e Assessoria Ltda
Sócia Proprietária
CPF: 382.316.895-91

18.805.649/0001-45
UNIPÚBLICA - CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
Rua ACM, 913 - Sala 101 - Parque Ipê
CEP:44.054-005
FEIRA DE SANTANA - BA

UNIPÚBLICA - Consultoria e Assessoria Ltda.
Telefone: (75) 99133-3030
Rua ACM, nº 913 - Sala 101 - Parque Ipê
44.054-005 - Feira de Santana - Bahia

Outlook

Re: COTAÇÃO DE PREÇOS

De neide reis <neide@unipublica.com.br>
Data Sex, 17/01/2025 10:46
Para Diretoria Administrativa CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS <copel.cmc@hotmail.com>

1 anexo (442 KB)
CMCANDEIAS_COTACAO 2024 Digitalização.pdf;

Abraços e Sucesso.

Neide Reis

Diretora Administrativa
Administradora CRA-BA 22990

Unipública Assessoria e Consultoria Ltda

website: www.unipublica.com.br
email / skype: neide@unipublica.com.br

Phone / Mobille: 55-75-3021-3452 / 55-75-99133-3030 (Vivo) - WhatsApp

Ao encaminhar esta mensagem, por favor:
1. Apague o MEU endereço eletrônico;
2. Apague também os endereços dos amigos que receberam juntamente com você. a mensagem, antes de reenviar;
3. Encaminhe como cópia oculta (Cco ou Bcc) aos SEUS destinatários.

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de Kaspersky Security Center 10 e acredita-se estar livre de perigo.

This message was scanned by Kaspersky Security Center system 10 and is believed to be free of danger.

Este e-mail pode conter informações CONFIDENCIAIS, PRIVILEGIADAS e/ou PROTEGIDAS LEGALMENTE e se destina apenas para o chamado destinatário (s). Se você não é o destinatário desta mensagem, deve apagá-la. Qualquer divulgação, cópia ou distribuição desta mensagem, ou qualquer ação tomada com base em tal, é estritamente proibida.

Em qui., 16 de jan. de 2025 às 11:27, Diretoria Administrativa CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS <copel.cmc@hotmail.com> escreveu:

> Prezados,
>
> Solicitamos de Vossa Senhoria que seja feita cotações, para Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.
>
> Anexo segue Modelo de cotação com discriminação.
>
> Salientamos ainda, que a referida proposta preliminar de preços deverá ser fornecida no papel timbrado da empresa ou no modelo anexo, endereçada a Câmara Municipal de Candeias devidamente carimbada e assinada.

Valor em R$(XXXXXXXXXX) e valor total por extenso.
Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
Condições de pagamento:

Marcelo Silvestre
Agente de Contratação



ÊXITO
GESTÃO TECNOLÓGICA

À CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – BA

RAZÃO SOCIAL: GE CONSULTORIA PÚBLICA LTDA			
END. COMERCIAL: Avenida Luiz Tarquínio Pontes, 2580, Edf.: Villas Empresarial I, sala 311,Buraquinho, Lauro de Freitas			**UF:** BA
CEP: 42.709-190	**FONE:** 71 98667-6039	**CONTATO:** Adriele Nunes	
INSC. ESTADUAL: 196.634.860	**CNPJ:** 08.621.541/0001-49		
PRAZO DE VIGÊNCIA DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.			

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de licença de uso de software de digitalização.

ITEM	DISCRIMINAÇAO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.	mês	12	2.500,00	30.000,00

O valor global da contratação é de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais);

Lauro de Freitas/BA, 16 de janeiro de 2025.

Antônio de Souza Sampaio Filho – Sócio Diretor
CPF: 669.610.255-87

08.621.541/0001-49
GE CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Av. Luiz Tarquinio Pontes, nº 2580
Edif. Villas Empresarial I - Sala 311
Buraquinho - CEP 42.709-190
LAURO DE FREITAS - BA

Outlook

Re: COTAÇÃO DE PREÇOS

De comercial@grupoexito.com.br <comercial@grupoexito.com.br>
Data Sex, 17/01/2025 12:23
Para Diretoria Administrativa CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS <copel.cmc@hotmail.com>

1 anexo (705 KB)
Cotação de Sistemas - CANDEIAS.pdf;

Prezados,

Bom dia,

Conforme solicitado, segue em anexo nossa cotação de preços. Caso haja quaisquer dúvidas ou necessidade de mais informações, estamos à total disposição.

Att,

Setor Comercial Êxito.Em 16/01/2025 11:27, Diretoria Administrativa CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS escreveu:

> Prezados,
>
> Solicitamos de Vossa Senhoria que seja feita cotações, para Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.
>
> Anexo segue Modelo de cotação com discriminação.
>
> Salientamos ainda, que a referida proposta preliminar de preços deverá ser fornecida no papel timbrado da empresa ou no modelo anexo, endereçada a Câmara Municipal de Candeias devidamente carimbada e assinada.
>
> Valor em R$(XXXXXXXXXX) e valor total por extenso.
> Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
> Condições de pagamento:
>
> Marcelo Silvestre
> **Agente de Contratação**

LIBERTY T.I LTDA
CNPJ N°: 16.918.829/0001-08
Inscrição Municipal N°: 67.488-5
www.libertyinformatica.com.br

SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10 ANOS

A
Câmara de Candeias - Bahia

RAZÃO SOCIAL: LIBERTY T.I LTDA.		
ENDEREÇO COMERCIAL: RUA FOSFINA, 100, 2580 Bairro Conceição II – Feira de Santana		UF:BA
CEP:44.067.380	FONE: 75-99804-2372	CONTATO: Isi Valentim
INSC. ESTADUAL: Isento	CNPJ: 16.918.829/0001-08	
BANCO ITAU	AGENCIA: 7940 CONTA: 99.316-0	

COTAÇÃO DE PREÇO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.	MÊS	12	2.320,00	27.840,00

Valor por extenso: Vinte e sete mil oitocentos e quarenta reais.
Validade da Cotação: 60 (sessenta) dias.

Feira de Santana, 16 de janeiro de 2025.

Isi Valentim Fraga Lemos
CNPJ N°: 16.918.829/0001-08
Liberty T.I

LIBERTY T.I LTDA
CNPJ N°: 16.918.829/0001-08
Inscrição Municipal N°: 67.488-5
www.libertyinformatica.com.br

SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10 ANOS

Feira de Santana 16 de janeiro de 2025

Prezado,

Apresentamos a Liberty T.I. empresa do ramo de Consultoria em Tecnologia e Segurança da Informação, especializada em Assessoria, Auditoria e Tratamento de dados na Saúde Pública das entidades da Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias e Fundações Públicas, bem como Sociedade de Economia Mista e Terceiro Setor, com fundamentação na CRFB, princípios, legislação, súmulas e jurisprudências dos Tribunais. Em seguida, nosso orçamento contempla valores para LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e aguardamos para que muito em breve possamos estar trabalhando juntos.

Teodoro Sampaio - BA

São José do Vale do Rio Preto - RJ

Pojuca- BA

Santo Estevão- BA

Cardeal da Silva - BA

Ipirá - BA

Candeal - BA

Teodoro Sampaio - BA

Taquarana - AL

Irará - BA

Rua Fosfina, 100, Conceição II – Feira de Santana – BA
Fone(s): (75) 3221-7420 / (75) 99804-2372

Outlook

COTAÇÃO

De administrativo@libertyinformatica.com.br <administrativo@libertyinformatica.com.br>
Data Sex, 17/01/2025 12:30
Para copel.cmc@hotmail.com <copel.cmc@hotmail.com>

1 anexo (602 KB)
PROPOSTA CMCANDEIAS_DIGIT.2025.pdf;

Prezados (as) Senhores (as), bom dia.

Segue anexo Cotação solicitada.
Favor acusar recebimento.

No aguardo.

--
At.te
Regina Dourado
Setor Financeiro
(75)3221-7420 - OI

Liberty® T.I.

52

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.805.649/0001-45 **MATRIZ**		**30/08/2013**

NOME EMPRESARIAL
UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ANTONIO CARLOS MAGALHAES	**913**	**ANDAR 1 SALA 101**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
44.054-005	**PARQUE IPE**	**FEIRA DE SANTANA**	**BA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTALP@CONTALP.COM.BR	**(75) 3322-8252**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**30/08/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Página: **1/1**

Emitido no dia **08/10/2024** às **09:16:49** (data e hora de Brasília).

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 22/01/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula

1/1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.805.649/0001-45
Certidão nº: 68788292/2024
Expedição: 08/10/2024, às 09:07:04
Validade: 06/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.805.649/0001-45, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura: Angula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto Nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

54

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.805.649/0001-45
Razão Social: UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME
Endereço: R ANTONIO CARLOS MAGALHAES 913 1 ANDAR SL01 / PARQUE IPE / FEIRA DE SANTANA / BA / 44054-005

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010403052090768098

Informação obtida em 22/01/2025 09:35:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23 01 25
Assinatura do Servidor
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

55

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 20/01/2025 13:48

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20250406871**

RAZÃO SOCIAL	
UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
111.489.736 - BAIXADO	**18.805.649/0001-45**

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 20/01/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no Cadastro de Contribuintes do CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

56

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00681494E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **20/01/2025**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 18.805.649/0001-45
Endereço: RUA ANTONIO CARLOS MAGALHAES N 913 PARQUE IPE - CEP 44054-005 FEIRA DE SANTANA BA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2024
Câmara Municipal de Candeias

Salvador/BA, segunda-feira, 20 de janeiro de 2025

57

PREFEITURA MUNICIPAL DE
FEIRA DE SANTANA

Secretaria Municipal da Fazenda
Departamento de Administração Tributária

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Emitida nos termos dos arts. 215, 216, 217, 218 e 219, da Lei Complementar nº 003, de 22 de Dezembro 2000 – Código Tributário do Município de Feira de Santana.

CÓDIGO: N / 2025 / 9148

CONTRIBUINTE:	**UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME**
ENDEREÇO:	**RUA ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 913, QD O LT 18 - PARQUE IPE**
CNPJ/CPF:	**18.805.649/0001-45**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	**55.457-0**
INSCRIÇÃO DE LOCALIZAÇÃO:	**192.798-1**
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:	**70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial**
DATA DA EMISSÃO DA CERTIDÃO:	**13/01/2025**
DATA DE VALIDADE DA CERTIDÃO:	**14/03/2025**

Fica ressalvado o direito de a Fazenda do Município de Feira de Santana a cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, relativas aos tributos deste município, administrados por esta Secretaria Municipal da Fazenda, inclusive os inscritos em Dívida Ativa.

A presente Certidão não servirá de prova contra quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria Municipal da Fazenda, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX, do Artigo 149, da Lei Federal nº. 5.172, de 25/10/1966 – Código Tributário Nacional.

Conforme o Art. 215, § 3º, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar de nº. 003, 22 de dezembro 2000, as certidões fornecidas não excluem o direito de a Fazenda Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

A autenticidade deste documento pode ser comprovada através do site da Secretaria Municipal da Fazenda pelo endereço eletrônico: http://www.sefaz.feiradesantana.ba.gov.br/certidao.

*Esta **CERTIDÃO** abrange, apenas, o estabelecimento vinculado a(s) inscrição(ões) supracitada(s) do contribuinte e refere-se apenas aos **TRIBUTOS MUNICIPAIS**. É válida pelo prazo de **60 DIAS**, contado a partir da data da sua emissão.*

Código de verificação de autenticidade:

bcfc2a5fcbf427bd45a370c2e8f1d407

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23 01 25
Assinatura e matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 18.805.649/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:03:55 do dia 08/10/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/04/2025.
Código de controle da certidão: **5673.D507.8A43.7EC5**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Nº Folha/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

1561 **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS nos exatos termos e sob as penas da Lei nº. 8.666/93, para fins de comprovação de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que a Empresa **UNIPUBUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **18.805.649-0001-45**, estabelecida à Rua ACM, 913 – Parque Ipê - Feira de Santana - Bahia, presta serviços com qualidade a Câmara Municipal de São Francisco do Conde, com sede a rua Barão do Rio Branco, 18 centro – São Francisco do Conde – Bahia, CNPJ.14.428.403/0001-40, conforme especificado.

Contrato número: 034/2019 – 4º termo de Aditamento.

Vigência – 04 de setembro de 2023 a 04 de setembro de 2024.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO SOFTWARE PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS: INDEXAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS DIGITAIS EM SERVIDOR WEB E MIDIA DIGITAL, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL.

Atividade em desenvolvimento para este ATESTANTE, com adequado nível de qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos, não contendo nada em nossos arquivos que possa desabonar sua conduta moral e idoneidade profissional.

São Francisco do Conde, 02 de janeiro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE
ANTONIO SANTOS LOPES
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Candeias
CONFERE COM O ORIGINAL
Assinatura
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2026
Camara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS nos exatos termos e sob as penas da Lei nº. 8.666/93, para fins de comprovação de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que a Empresa **UNIPUBUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **18.805.649-0001-45**, estabelecida à Rua ACM, 913 – Parque Ipê - Feira de Santana - Bahia, presta serviços com qualidade a Câmara Municipal de Camaçari, com sede à rua do Contorno do Centro Cultural, s/n – Camaçari – Bahia, CNPJ.13.393.780/0001-29, conforme especificado.

Contrato número:001/2022 – Termo 2º termo de Aditamento.

Pregão Presencial 021/2021 Processo Administrativo número 370/2011.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM GERENCIAMENTO ELETRONICO DE DADOS, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A CÂMARA DE CAMAÇARI.

Atividade em desenvolvimento para este ATESTANTE, com adequado nível de qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos, não contendo nada em nossos arquivos que possa desabonar sua conduta moral e idoneidade profissional.

Camaçari - Bahia, 22 de março de 2024.

Câmara Municipal de Candeias
CONFERE COM O ORIGINAL
Assinatura
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Wiliana Cardoso do Espírito Santo
Wiliana Cardoso do Espirito Santo
Coordenadora de Informática
Coordenadora de Tecnologia
Matrícula: 8518

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA"

JUCEB Fl. 01

01. MARCUS WELBY RIBEIRO DOS REIS, Bacharel em Direito, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, nascido em 18/08/1973, natural da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, residente e domiciliado na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, à Rua Anapolina, Nº 299, 1º Andar, Bairro Parque Ipê, CEP - 44.054-088, portador da carteira de identidade Nº 04.755.462-29 SSP-BA, inscrito no CPF sob Nº 606.455.635-87;

02. MARIA NEIDE DE SANTANA REIS, Administradora, brasileira, casada com comunhão parcial de bens, nascida em 15/12/1966, natural da cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia, residente e domiciliada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, à Rua Anapolina, Nº 299, 1º Andar, Bairro Parque Ipê, CEP - 44.054-088, portadora da carteira de identidade Nº 03.820.352-91/SSP-BA, inscrita no CPF sob Nº. 382.316.895-91, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - A sociedade girará sob o nome empresarial **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**, e terá sede e domicílio na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, à Rua Antônio Carlos Magalhães, 913 - 1º Andar – Sala 101 - Bairro Parque Ipê, CEP: 44054-005.

SEGUNDA - O capital social será R$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais) dividido em 26.000 (Vinte e seis mil) quotas do valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelas sócias:

MARCUS WELBY RIBEIRO DOS REIS.....	13.000 QUOTAS...	R$. 13.000,00
MARIA NEIDE DE SANTANA REIS.....	13.000 QUOTAS...	R$. 13.000,00
TOTAL GERAL.....	26.000 QUOTAS...	R$. 26.000,00

TERCEIRA – O objeto será: ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM RECURSOS HUMANOS; DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E/OU PROGRAMAS CUSTOMIZÁVEIS E NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; LOCAÇÃO DE SOFTWARE E DE HARDWARE E CESSÃO DE USO DE SOFTWARES;PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COM CERTIFICADO DIGITAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA;REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES; REPARAÇÃO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS PERIFERICOS; TREINAMENTO EM INFORMATICA HOSPEDAGEM E CONSTRUÇÃO DE SITES; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS, MATERIAL DE INFORMATICA E DE ESCRITÓRIO; SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES FISÍCAS E LÓGICAS, E DE TELECOMUNICAÇÕES POR DADOS OU VOZ; CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, MANUTENCAO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO.

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.876-6
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 58443101201650090846-1; Data: 31/01/2020 18:55:
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: A1969058-SOBV
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjba.jus.br

CERTIFICADO A AUTENTICIDADE DOCUMENTO VIA INTERNET.

23/01/20

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA AD603069

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA"

JUCEB

QUARTA - A data do início da atividade será a partir da data de registro do instrumento da Junta Comercial do Estado da Bahia e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

QUINTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

SÉTIMA - A administração da sociedade caberá a **MARCUS WELBY RIBEIRO DOS REIS** e **MARIA NEIDE DE SANTANA REIS, INDIVIDUALMENTE**, com os poderes e atribuições de administradores sobre a sociedade autorizada o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

OITAVA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

NONA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

DÉCIMA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, escritórios de representação, ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA PRIMEIRA – Os sócios de comum acordo, não terão retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DÉCIMA SEGUNDA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 594431012016500908462, Date: 31/01/2020 16:55:32
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AA960058-PH87
Valor Total do Ato: R$ 4,55
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjba.jus.br

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
AD903070

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 009/2025
Câmara Municipal de Candeias

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA"

JUCEB
21
Fl. Proc.

DÉCIMA TERCEIRA - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Feira de Santana, Estado da Bahia, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias.

Feira de Santana–Ba, 20 de Agosto de 2013

MARCUS WELBY RIBEIRO DOS REIS

Maria Neide de Santana Reis

MARIA NEIDE DE SANTANA REIS

Junta Comercial do Estado da Bahia
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/08/2013 Nº 29203971421
Protocolo: 13/169062-3 de 28/08/2013
UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
HELIO PORTELA RAMOS
SECRETARIO-GERAL
AC 0853532

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 594431012016500908 46-3; Data: 31/01/2020 16:55:
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJS69054-VMDO;
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjba.jus.br

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data 23 01 25
Assinatura Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

64



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2604400453

2 e 1 NOME E SOBRENOME
MARIA NEIDE DE SANTANA REIS

4a DATA EMISSÃO: 02/06/2023
4b VALIDADE: 01/06/2028
ACC:
CAT: D

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
15/12/1966, PORTO SEGURO, BA

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
3820335291 SSP BA

4d CPF: 382.316.895-91
5 Nº REGISTRO: 03433019849
6 CAT HAB: B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ANTONIO MENDES DE SANTANA
INES BORGES DE SANTANA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9 | 10 | 11 | 12

ACC			
A			
A1			
B			01/06/2028
B1			
C			
C1			

D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
30592885400
BA512380972

LOCAL
FEIRA DE SANTANA, BA

2604400453

BAHIA

1 Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - 2 Número Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificacion - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria do Veículo da Carteira de Habilitação / Grade license Class / Categoría del Permiso de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA034330198<490<<<<<<<<<<<<
6612153F2806011BRA<<<<<<<<<<<6
MARIA<<NEIDE<DE<SANTANA<REIS<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.

Data: 23/01/25

Assinatura e Matrícula

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

65

Data da consulta: 08/10/2024 09:55:37

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **18.805.649/0001-45**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data 23 01 25
Assinatura/Visto do Aguia
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Ofício Requisitório

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Ao
Ilmo(ª) Senhor(a) Rosana de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Candeias, Bahia.

Venho, por meio desta missiva, encarecer a abertura de processo administrativo para Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no termo de referência.

Ainda na condição de Diretor Administrativo, venho à presença de V. Exa., em cumprimento as exigências contidas na Lei n° 14.133/21, expor Requisição para abertura de processo administrativo, termo de referência para dispensa de licitação, estimativa de despesa e pesquisa de mercado, quadro resumo para seleção dos potenciais fornecedores e documentos para contratação direta.

I- DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Decreto Federal n° 8.373/2014 instituiu o E-Social, instituto vocacionado a desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de

cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS. Para além disso, todo aquele que contratar prestador de serviço, pessoa física e possua alguma obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, em função dessa relação jurídica, por força da legislação pertinente, está obrigado a enviar informações decorrentes desse fato por meio do E-Social.

Então, a justificativa de contratação espraia-se, justamente, na incipiente obrigatoriedade de informar os dados do órgão e dos servidores e trabalhadores que lhes prestam serviços, independente da categoria, se efetivo, contratado, nomeado ou gestor público, todos precisaram ser informados, logo, a contratação da assessoria se justifica para a orientação correta dos leiautes e suas validações e regras exigidos pelos manuais do E-Social.

Nesse sentido, é possível ver que a implementação de rotinas e o treinamento para funcionários públicos é uma necessidade essencial para administração municipal, estadual ou federal, porquanto contribua para a melhoria na otimização dos processos internos, como também auxilia no serviço prestado.

Notoriamente, a capacitação pode ser a grande responsável pela melhoria e eficiência de diferentes processos, trazendo resultados expressivos nos tramites de interesse de quais quer que sejam os órgãos governamentais.

Ante as razões elencadas supra, que, diga-se de passagem, não são as únicas, é que se justifica a necessidade da contratualização em vértice.

Assim, resta evidente que o quanto elencado alhures amplificou a obrigatoriedade desta Casa em adotar de medidas que tenha por escopo atender essas finalidades, sendo a principal delas, justamente, a aderência à realidade do e-social.

Nesse sentido, a Diretoria Administrativa, considerando a necessidade acima revelada e justificada, solicita e encarece pela contratação de empresa, para prestar os serviços necessários à continuidade das atividades administrativas.

II – DA ESTIMATIVA DE DESPESAS, DA COMPATIBILIDADE COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO E DA ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.

Na dicção do art. 72, II, do Novel Estatuto Licitatório (Lei n. 14.133/21), compete à autoridade solicitante da despesa, a qual será paga mediante prévio processo de contratação direta, por dispensa de licitação, demonstrar a estimativa da despesa que está a reclamar sua pactuação. Portanto, nesse rumo, registra-se que, fazendo um apanhado do modo como o contrato merece ser executado, sua complexidade, volume de demanda, conhecimento específico, custos diretos e indiretos, além dos fiscais e de deslocamento, chega-se à constatação que a estimativa da despesa é de **R$ 25.200,00 (VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS)**, consoante revela mapa de preços confeccionado.

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

De acordo com o inciso VII do art. 72 da Lei n. 14.133/21, nos procedimentos de dispensa de licitação a Administração Pública deve justificar a compatibilidade do preço contratado com o valor praticado pelo mercado e as razões para definição do prestador.

Nesse contexto, a Câmara Municipal de Candeias (BA), para justificar o preço da contratação ora pretendida, utilizou-se para análise de preços as cotações com potenciais prestadores de serviços.

Dessa forma, após concluída a pesquisa de preços, as quais seguem encartadas, e levando em conta o valor pretendido, bem ainda as qualificações técnicas mínimas buscadas, chega-se a empresa **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME**, figurando como a melhor opção entre os pesquisados, porquanto demonstra experiência e capacidade para execução dos serviços, naturalmente pelo seu acervo técnico, além do que possui o preço mais vantajoso para a Administração, daí, portanto, a escolha recair na empresa acima referida.

Assim, após as razões acima expostas, infere-se que a proposta desenvolvida pela empresa **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME, CNPJ n° 18.805.649/0001-45**, mais se ajusta aos anseios desta Administração, porquanto, para além de demonstrar habilitação necessária, revelou-se a mais econômico aos cofres públicos.

CONCLUSÃO

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

Logo, diante das informações acima trazidas e os documentos que instruem o presente Memorando, requer que V. Exa., após análise, autorize a abertura de procedimento administrativo para dispensa de licitação com o objetivo de adquirir o mencionado objeto.

CANDEIAS-BA, 23 de JANEIRO de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho

DIRETOR ADMINISTRATIVO

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

GABINETE DA PRESIDENCIA

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO

A/C: Comissão de Contratação

REFERÊNCIA: Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Em resposta ao ofício expedido pela unidade demandante, solicitando a Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

AUTORIZO ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO e encaminho ao setor de Licitações para demais providências administrativas. Reitero a necessidade de encaminhamento do processo para o setor contábil, visando a indicação dos recursos orçamentários que correrão a despesa e para o setor Jurídico para emissão de

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

parecer acerca do atendimento dos requisitos exigidos pela Lei Federal 14.133/2021.

Candeias, 24 de janeiro de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Do: Agente de Contratação
Para: Setor de Contabilidade

Assunto: Informação sobre compatibilidade de previsão de recursos orçamentários para Contratação de empresa especializada no ramo para a prestação de serviços de assessoria e consultoria na implantação das rotinas do e-Social na Câmara Municipal de Candeias, englobando toda a normatização e capacitação dos servidores do Setor de RH, treinamentos e atualizações sobre as possíveis mudanças ao longo do processo de implantação.

Processo administrativo: 007/2025.
Prezado Senhor,

Em estrita observância ao art. 72, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021 solicitamos do setor contábil a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, indicando os recursos orçamentários para Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.
Caso exista previsão, favor indicar a fonte do recurso correspondente a reserva no valor de **R$ 25.200,00(vinte e cinco mil e duzentos reais).**

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação.

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PARECER CONTÁBIL

Do: Setor de Contabilidade
Para: Agente de Contratação
Assunto: Resposta ao Processo Administrativo nº 007/2025.
Senhor,
Em resposta à solicitação formulada por vossa senhoria a respeito da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, informamos acerca da existência de dotação orçamentária para custear despesas relativas a Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, tenho a informar-lhe que:

a) Existe previsão orçamentária para o valor da contratação e a mesma encontra-se reservada;
b) A Dotação orçamentária pela qual correrá aludida despesa é
Unidade: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Projeto / Atividades: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

Os recursos têm como origem o orçamento vigente do Legislativo Municipal licitante e as que lhe corresponderem no exercício financeiro subsequente.
Por fim, retornem os autos à Comissão de Contratação para as demais providências.

Jean Carlos Souza Ferreira
Setor de Contabilidade

ESTADO DA BAHIA

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

Despesa Orçamentária - Demonstrativo

JANEIRO/2025

Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
0100 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**26.690.363,79**	**26.690.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.690.363,79**	**10.209.636,21**
0101 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**26.690.363,79**	**26.690.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.690.363,79**	**10.209.636,21**
1001-AMPLIAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
44905100 15000000-Obras e Instalações	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2002-GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO	**9.903.000,00**	**0,00**	**0,00**	**9.903.000,00**	**2.290.363,79**	**2.290.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.290.363,79**	**7.612.636,21**
31900400 15000000-Contratação Por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	328.000,00	0,00	0,00	328.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	28.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
31909400 15000000-Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	41.000,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
33903000 15000000-Material de Consumo	855.000,00	0,00	0,00	855.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855.000,00
33903300 15000000-Passagens e Despesas Com Locomoção	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
33903400 15000000-Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
33903500 15000000-Serviços de Consultoria	1.270.000,00	0,00	0,00	1.270.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	1.120.000,00
33903600 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.586.000,00	0,00	0,00	6.586.000,00	1.840.363,79	1.840.363,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840.363,79	4.745.636,21
33904000 15000000-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909100 15000000-Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
33909200 15000000-Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33909300 15000000-Indenizações e Restituições	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	458.000,00	0,00	0,00	458.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	458.000,00
2003-GESTÃO DO PLENÁRIO	**26.837.000,00**	**0,00**	**0,00**	**26.837.000,00**	**24.400.000,00**	**24.400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.400.000,00**	**2.437.000,00**
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	22.051.000,00	0,00	0,00	22.051.000,00	22.000.000,00	22.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000.000,00	51.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	4.747.000,00	0,00	0,00	4.747.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	2.347.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	39.000,00	0,00	0,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00
Total Geral:	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**26.690.363,79**	**26.690.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.690.363,79**	**10.209.636,21**

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 005/2025

DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO: Em razão do montante exíguo do serviço/fornecimento de R$ 25.200,00(vinte e cinco mil e duzentos reais), abaixo de R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), valor de alçada estabelecido no artigo 75, inc. II, da Lei Federal 14.133/2021, justifica-se a contratação direta através de dispensa de licitação, uma vez que não há obrigatoriedade de realização de certame licitatório.

DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO: Em relação ao documento de formalização de demanda e a autorização da autoridade competente para abertura de processo de contratação, verifica-se as devidas formalizações encartadas nos autos do processo em epígrafe.

DA COMPATIBILIDADE DE PREVISÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Foi demonstrado, através de consulta ao setor contábil, a previsão de recursos orçamentários para custear as despesas com o objeto desta dispensa de licitação.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO: Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a potenciais fornecedores, tendo a empresa UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME, CNPJ n° 18.805.649/0001-45, apresentado o menor preço global, bem como toda documentação pertinente, que comprova o preenchimento dos requisitos de

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

habilitação e qualificação mínima, ou seja, documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, atendendo ao artigo 72, incisos V e VI da Lei Federal 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS: Foram apresentadas, junto à solicitação da unidade requisitante, número mínimo de 03 (três) cotações, cuja eleição dos destinatários foi devidamente justificada, com os itens e unidades de medidas devidamente especificados - deixando de realizar pesquisa junto ao banco de preços contratado porquanto ausente contratações com as mesmas espeficidades, atendendo ao preceito do artigo 23 da Lei Federal 14.133/2021.

PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: Face ao atendimento de todos os pré-requisitos legais exigidos no artigo 72 e seus incisos, entendemos que há no presente o atendimento dos requisitos formais para a contratação. Sendo assim, entendemos que não há impedimento de ordem legal para o acolhimento da postulação da dispensa.

Candeias, Bahia, 24 de janeiro de 2025.

Rosivaldo Freitas
Presidente da Comissão de Contratação.

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Frederico Custodio da Silva
Membro

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Candeias - BA, 24 de janeiro de 2025.

DO(A): Agente de Contratação
Para: Procuradoria Jurídica e/ou Assessoria Jurídica.
Assunto: Encarecimento de opinativo para exame de conformidade acerca da contratação veiculada no caderno administrativo.

Processo Administrativo: 007/2025. Em conformidade com Lei Federal 14.133/2021, precisamente em seu artigo 72, inciso III, solicito que seja previamente examinada a solicitação para contratação através de dispensa de licitação, e que seja elaborado parecer jurídico para que o mesmo transcorra dentro dos trâmites legais e lisura administrativa. Informamos que foi utilizado como fundamentação legal para esse processo de dispensa de licitação o artigo 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021. Segue em anexo todo Processo Administrativo contendo a Solicitação de despesa da Unidade requisitante, cotações, razão da escolha do prestador dos serviços, documentação para habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, indicação de recursos orçamentários e minuta de contrato para devida apreciação. Caso opine favoravelmente pela contratação, favor encaminhar parecer jurídico favorável para que a autoridade superior autorize a contratação e proceda com a devida publicidade, nos termos do artigo 72, parágrafo único da Lei Federal 14.133/2021. Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025

DISPENSA N° 005/2025

CONTRATO N° XXX/2025

INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO, LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS E CESSÃO DE UMA DIGITALIZADORA DE ALTA PERFORMANCE EM REGIME DE COMODATO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS A FIM DE ATENDER AS NOVAS DIRETRIZES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, E A EMPRESA UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ /MF n° 13.612.254/0001/02, com sede na Av. dos Três Poderes, s/n - Bairro Ouro Negro, Candeias - BA, representada neste ato pela Presidente, Rosana de Souza Silva, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Candeias - Bahia, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob n°. 18.805.649/0001-45, com sede na rua Antônio Carlos Magalhães n° 913 - Parque Ipê - Feira de Santana - Ba - Cep: 44.054-005, representada pela Sra. Maria Neide de Santana, portado do Rg n° 382035291 SSP/, e CPF: 382.316.895-91, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam neste ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e aos preceitos de direito público

VISTO
PROJUR

aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo de contratação direta nº 005/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do contrato é a Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência constante do processo de contratação direta identificado no preâmbulo.

1.1. O contrato vincula-se ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta, independentemente de transcrição.

1.2. A descrição da solução como um todo é a estabelecida no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá prazo de vigência de 03/02/2025 a 03/02/2026.

2.1.1. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir da assinatura e deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura, sob pena de nulidade.

VISTO
PROJUR

2.1.2. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prazo de vigência será contado da divulgação no Diário Oficial do Município e em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual a Administração divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para o contratante, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes, e desde que o valor das sucessivas renovações não ultrapasse o valor de alçada para a dispensa.

2.2.1. A extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor estimado do contrato é de **R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

VISTO
PROJUR

82

4. CLÁUSULA QUARTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

4.1. A despesa correrá pelo(s) seguinte(s) crédito(s) orçamentário(s), previsto(s) no orçamento do Município para o exercício de 2025, conforme classificação funcional programática e categoria econômica abaixo:

Unidade: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Projeto / Atividades: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

Os recursos têm como origem o orçamento vigente do Legislativo Municipal licitante e as que lhe corresponderem no exercício financeiro subsequente.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1. As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação.

5.3. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento da Fatura/Nota Fiscal cujo valor não ultrapasse o limite de R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

5.4. A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Ente Contratante, com a inserção das informações e dados contidos no preâmbulo deste instrumento.

5.5. Fatura / Nota Fiscal deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

5.6. Não será efetuado qualquer pagamento a titulo de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

5.7. Na execução desse contrato , as despesas relativas à Pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento), sendo 40%

VISTO
PROJUR

(quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

5.8. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

5.9. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB n°1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Leu n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

5.10. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB n° 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991;

5.11. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

5.12. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida

VISTO
PROAR

pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX) I =(6 / 100) I = 0,00016438 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

6.2.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reajustamento, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

6.4. O contratante terá o prazo de até trinta dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, para a resposta ao pedido de reajustamento de preços, contado da data do pedido.

VISTO
PROJUR

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, os contratantes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços será empreitada por preço global.

8.2. As regras acerca do regime de execução são as estabelecidas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – DA MEDIÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

9.1. As regras acerca de critérios e periodicidade da medição, quando for o caso, e prazo e condições para recebimento e liquidação são as estabelecidas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO MODELO DE GESTÃO

10.1. As regras acerca do modelo de gestão do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

11.1. **São obrigações do contratante:**

11.1.1. receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, observado o CAPÍTULO IX do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021;

VISTO
PROJUR

11.1.1.1. Considera-se superfaturamento o dano provocado ao patrimônio do contratante, caracterizado, entre outras situações, por medição de quantidades superiores às efetivamente fornecidas;

11.1.2. rejeitar o objeto, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

11.1.3. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado e o prazo para que seja reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de servidor ou comissão designada;

11.1.5. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao objeto efetivamente fornecido, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

11.1.6. emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

11.1.7. o contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. **São obrigações do contratado:**

11.2.1. o contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

VISTO
PROJUR

11.2.2. executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

11.2.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas e no prazo fixado pelo contratante, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

11.2.3.1. comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.3.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.2.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

11.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação;

11.2.6. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

11.2.7. responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo

VISTO
PROJUR

nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

11.2.8. responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.2.8.1. a inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.2.9. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico ou termo de referência.

12.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto

VISTO
PROJUR

12.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

VISTO
PROJUR

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

13.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

13.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

13.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

13.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações de caráter técnico da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

13.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

VISTO
PROJUR

13.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

13.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços em conformidade com as exigências contratuais, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

VISTO
PROJUR

13.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

14.1. As prerrogativas do contratante reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO IV do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e as sanções administrativas reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO I do TÍTULO IV da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

VISTO
PROJUR

15.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.2.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.6. ensejar o retardamento da entrega do objeto sem motivo justificado;

15.2.7. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.8. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

15.2.11. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.2.12. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

15.2.13. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

15.2.14. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação do contrato, sem autorização em lei ou no contrato;

15.2.15. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

15.2.16. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua

VISTO
PROJUR

atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

15.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

15.3.1. advertência;

15.3.2. multa;

15.3.3. impedimento de licitar e contratar;

15.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16. CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO

16.1. A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

16.2.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

16.2.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

16.2.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

16.2.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

16.2.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

16.2.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VISTO
PROJUR

16.2.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.3. A extinção do contrato poderá ser:

16.3.1. determinada por ato unilateral e escrito do contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

16.3.2. consensual, por acordo entre os contratantes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do contratante;

16.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NULIDADE

17.1. Constatada irregularidade na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o CAPÍTULO XI do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO VII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

VISTO
PROJUR

18.2.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DIVULGAÇÃO

20.1. O contratante providenciará a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do seu extrato em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o contratante divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

20.1.1. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a divulgação dos atos e contratos deverá ocorrer em sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

VISTO

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

Para firmeza e validade do pactuado, o instrumento de contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Candeias - BA, XX de janeiro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Rosana de Souza Silva
CONTRATANTE

UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA MA
Maria Neide de Santana Reis
CONTRATADA

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VISTO
PROJUR

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Processo Administrativo nº 007/2025
Dispensa de Licitação nº 005/2025
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.
Assunto: Análise acerca da viabilidade jurídica.

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO, LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS E CESSÃO DE UMA DIGITALIZADORA DE ALTA PERFORMANCE EM REGIME DE COMODATO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS A FIM DE ATENDER AS NOVAS DIRETRIZES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA. CONTRATAÇÃO ANÔMALA EM RAZÃO DO VALOR. LEI 14.133/21, ART. 75, INCISO II. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE. DE OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS E JUSTIFICATIVAS.

1. RELATÓRIO

Os autos aportam nesta Procuradoria Geral com o fito de que seja confeccionado opinativo acerca da higidez jurídica Processo Administrativo em referência, condutor da Dispensa de Licitação tombada sob o nº 005/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Assim sendo, de posse do caderno processual, passar-se-á, agora, incontinente, à análise acerca da viabilidade de formatação do aludido ajuste.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Ab initio, cumpre-nos ressalta que o exame da matéria posta em debate restringe-se aos seus aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos da análise qualquer questão técnica ou

100

econômica, notadamente quanto à conveniência e oportunidade inerentes a qualquer acordo/ajuste, devendo a autoridade competente se municiar de todas as cautelas para que os atos do processo sejam prestados apenas por quem de direito.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

> O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Pois bem. Dito isto, passemos à análise.

A matéria *in casu* está disciplinada pelo art. 75, inc. II, da Lei n° 14.133/2021, que assim menciona:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais) [1], no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
>
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)[2], no caso de outros serviços e compras;

O parágrafo primeiro do mesmo artigo serve, por intuitivamente lógico, para integralizar a norma erigida ao norte, de modo que a contratação anômala encarece exegese conjunta, notadamente porque a aferição dos valores deve, necessariamente, perpassar pelo somatório

[1] Valor atualizado de acordo com Decreto n° 12.343, de 30 de dezembro de 2025, que atualmente está na ordem de R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos).

[2] Valor atualizado de acordo com Decreto n° 12.343, de 30 de dezembro de 2025, que atualmente está na ordem de R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

101

do dispêndio levado a efeito pela respectiva unidade gestora, no exercício financeiro, e o exame da natureza dos objetos, consoante infere-se da leitura do aludido fragmento, senão vejamos:

> § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
>
> I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
>
> II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Com efeito, a legislação de regência, com fulcro nos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, erige como hipótese de dispensa de prélio seletivo as contratações de serviços de natureza diversa de engenharia e de compras cujo valor seja inferior a R$62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)[3], desde que contextualizada a dispensa.

A nosso ver, a circunstância que se arvora no presente casuísmo amolda-se, objetiva e perfeitamente, à hipótese contida na dicção da norma supramencionada, de modo a autorizar a encarecida contratação.

Passando à análise dos requisitos formais atinentes ao tema, pôde ser verificado que o aviso de dispensa vai ser adotado pela Administração, o qual respeita o prazo mínimo de três dias úteis para a apresentação das propostas e demais documentos, bem como traz em seu bojo a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, satisfazendo, assim, os predicados estabelecidos pelo art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/21.

Já no que respeita à minuta contratual, temos que preenche, indene de dúvidas, os predicados encarecidos pela legislação de regência.

Das recomendações.

[3] Valor atualizado de acordo com o Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2025.

102.

Nos autos, deverão estar presentes os elementos de escolha do prestador de serviço, a justificativa do preço, na forma do art. 72, VI e VII da Lei 14.133/2021. Os preços devem aderir à realidade do mercado, cuja extensão não se limita, necessariamente, aos extremos do Município Contratante e a justificativa do dimensionamento.

Ademais, é de perspícua relevância que seja examinada a documentação comprobatória da habilitação jurídica, consultada a regularidade fiscal da contratada quando da assinatura do contrato, observando-se, outrossim, o prazo de validade das aludidas certidões, conforme exigência pela Lei 14.133/2021 e, para além disso, sejam exaradas todas as certidões aludidas no §4º, do artigo 91, do indigitado diploma normativo.

Por fim, cumpre assoviar, por oportuno e necessário, que o instituto da dispensa de licitação deve ser utilizado de modo a atender ao Princípio da Unidade Orçamentária, e desde que respeitado, de igual modo, o Princípio da Anualidade, mesmo que as respectivas requisições sejam oriundas de Secretarias diferentes. Diante disso, recomendo firme exame acerca do respeito aos antecitados vetores axiológicos, notadamente para que se proscreva eventuais fracionamentos indevido.

Por oportuno, registre-se, ainda, que, após a contratação direta, ressoa imprescindível a publicação do extrato do contrato.

3. Conclusão

Ante o exposto, desde que atendidas as condições e recomendações infra, opina-se pela possibilidade jurídica de contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21.

É o parecer. S.M.J.

Candeias, Bahia, 24 de janeiro de 2025.

Juno Barbosa Leite
Procurador
Decreto n.º 15/2025

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO a manifestação do Agente de Contratação, que prevê a indicação de DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 72 e art.75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021, CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2025.**

Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação nos termos do parecer exarado pelo Agente de Contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado:	Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.
Sujeito a ser contratado:	**UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME (CNPJ n° 18.805.649/0001-45**
Prazo de Vigência:	**12 (doze) meses**

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Valor Total: **R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)**
Fundamento Legal: Art. 72, INC II, da Lei Federal 14.133/2021.

Justificativa colacionada aos autos do processo de dispensa de licitação nº 005/2025.

Determino, ainda, que se leve a efeito, em no máximo 10 (dez) dias, a publicidade encarecida pelas normas de regência, em especial atenção, inclusive, à dicção do parágrafo único do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Outrossim, em atenção à orientação originária do Tribunal de Contas da União, exarada por conduto do acórdão nº 2458/2021, seja veiculada, igualmente, enquanto não estiver operacionalizada a função no PNCP, no Diário Oficial dos Municípios.

Candeias - BA, 27 de janeiro de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025
DISPENSA N° 005/2025
CONTRATO N° 007/2025

INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO, LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO ELETRONICO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS E CESSAO DE UMA DIGITALIZADORA DE ALTA PERFORMACE EM REGIME DE COMODATO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS A FIM DE ATENDER AS NOVAS DIRETRIZES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DA BAHIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, E A EMPRESA UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ /MF n° 13.612.254/0001/02, com sede na Av. dos Três Poderes, s/n - Bairro Ouro Negro, Candeias - BA, representada neste ato pela Presidente, Rosana de Souza Silva, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Candeias - Bahia, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob n°. 18.805.649/0001-45, com sede na rua Antônio Carlos Magalhães - n° 913 - Parque Ipe - Cep: 4.054-005 - Feira de Santana - Bahia, representada pela (s) Sra. Maria Neide de Santana Reis, portado do Rg.03.820.352-91 n° 382.316.895-91 SSP BA, e CPF: 261.462.235-49, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam neste ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo de contratação direta nº 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do contrato é a Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência constante do processo de contratação direta identificado no preâmbulo.

1.1. O contrato vincula-se ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta, independentemente de transcrição.

1.2. A descrição da solução como um todo é a estabelecida no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá prazo de vigência de 03/02/2025 a 03/02/2026.

2.1.1. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir da assinatura e deverão ser divulgados no Portal

Nacional de Contratações Públicas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura, sob pena de nulidade.

2.1.2. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prazo de vigência será contado da divulgação no Diário Oficial do Município e em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual a Administração divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para o contratante, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes, e desde que o valor das sucessivas renovações não ultrapasse o valor de alçada para a dispensa.

2.2.1. A extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor estimado do contrato é de **R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

4. CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

4.1. A despesa correrá pelo(s) seguinte(s) crédito(s) orçamentário(s), previsto(s) no orçamento do Município para o exercício de 2024, conforme classificação funcional programática e categoria econômica abaixo:

Unidade: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Projeto / Atividades: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

Os recursos têm como origem o orçamento vigente do Legislativo Municipal licitante e as que lhe corresponderem no exercício financeiro subsequente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1. As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação.

5.3. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento da Fatura/Nota Fiscal cujo valor não ultrapasse o limite de R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil,).

5.4. A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Ente Contratante, com a inserção das informações e dados contidos no preâmbulo deste instrumento.

5.5. Fatura / Nota Fiscal deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

5.6. Não será efetuado qualquer pagamento a titulo de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

5.7. Na execução desse contrato , as despesas relativas a pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento), sendo 40%

(quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

5.8. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

5.9. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB n°1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Leu n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

5.10. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB n° 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991;

5.11. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

5.12. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida

pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX) I =(6 / 100) I = 0,00016438 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

6.2.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reajustamento, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

6.4. O contratante terá o prazo de até trinta dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, para a resposta ao pedido de reajustamento de preços, contado da data do pedido.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, os contratantes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços será empreitada por preço global.

8.2. As regras acerca do regime de execução são as estabelecidas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DA MEDIÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

9.1. As regras acerca de critérios e periodicidade da medição, quando for o caso, e prazo e condições para recebimento e liquidação são as estabelecidas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO

10.1. As regras acerca do modelo de gestão do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

11.1. **São obrigações do contratante:**

11.1.1. receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, observado o CAPÍTULO IX do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.1.1. Considera-se superfaturamento o dano provocado ao patrimônio do contratante, caracterizado, entre outras situações, por medição de quantidades superiores às efetivamente fornecidas;

11.1.2. rejeitar o objeto, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

11.1.3. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado e o prazo para que seja reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de servidor ou comissão designada;

11.1.5. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao objeto efetivamente fornecido, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

11.1.6. emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

11.1.7. o contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. **São obrigações do contratado:**

11.2.1. o contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.2.2. executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

11.2.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas e no prazo fixado pelo contratante, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

11.2.3.1. comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.3.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.2.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

11.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação;

11.2.6. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

11.2.7. responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo

nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

11.2.8. responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.2.8.1. a inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.2.9. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico ou termo de referência.

12.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto

Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

12.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

13.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

13.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

13.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

13.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações de caráter técnico da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

13.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

13.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços em conformidade com as exigências contratuais, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de

13.7. Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

14.1. As prerrogativas do contratante reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO IV do TÍTULO III da Lei n° 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e as sanções administrativas reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO I do TÍTULO IV da Lei n° 14.133, de 2021.

15.2. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.2.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.6. ensejar o retardamento da entrega do objeto sem motivo justificado;

15.2.7. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.8. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

15.2.11. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.2.12. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

15.2.13. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

15.2.14. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação do contrato, sem autorização em lei ou no contrato;

15.2.15. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

15.2.16. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua

atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

15.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

15.3.1. advertência;

15.3.2. multa;

15.3.3. impedimento de licitar e contratar;

15.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16. CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO

16.1. A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

16.2.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

16.2.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

16.2.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

16.2.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

16.2.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

16.2.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

16.2.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas,

para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.3. A extinção do contrato poderá ser:

16.3.1. determinada por ato unilateral e escrito do contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

16.3.2. consensual, por acordo entre os contratantes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do contratante;

16.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NULIDADE

17.1. Constatada irregularidade na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o CAPÍTULO XI do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO VII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

18.2.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DIVULGAÇÃO

20.1. O contratante providenciará a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do seu extrato em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o contratante divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

20.1.1. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a divulgação dos atos e contratos deverá ocorrer em sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

Para firmeza e validade do pactuado, o instrumento de contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Candeias - BA, 27 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA NEIDE DE SANTANA REIS
Data: 27/01/2025 09:54:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Rosana de Souza Silva
CONTRATANTE

UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME
MARIA NEIDE DE SANTANA REIS
CONTRATADA

Testemunhas

Nome:
CPF: 548.563.455-91

Nome:
CPF: 158.372.975-53

ESTADO DA BAHIA
CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV DOS TRES PODERES, SN - OURO NEGRO
Candeias - BA
C.N.P.J.: 13.612.254/0001-02

125

Nota de Empenho
JANEIRO/2025

Nota de Empenho 01240004 **Tipo:** Global **Data:** 24/01/2025

FORNECEDOR

Nome:	UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA		
CNPJ/CPF:	18.805.649/0001-45		
Endereço:	R ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 913	**Compl:**	ANDAR 1 SALA 101
Bairro:	PARQUE IPE	**Cidade:**	Feira de Santana **UF:** BA
E-mail:	contalp@contalp.com.br	**Telefone:**	(75)33228-252
PIS/PASEP:		**RG:**	

DADOS BANCÁRIOS

Banco: **Agência:** **Operação:** **Conta:**

Pix:

CLASSIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária:	0101	CÂMARA MUNICIPAL
Função:	01	Legislativa
SubFunção:	031	Ação Legislativa
Programa:	0001	TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
[illegible]o:	2002	GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO
Natureza Despesa:	33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
SubElemento:	33903999	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Marcador:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Centro Custo:		

Licitação: Nº 005/2025 - Dispensável, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/2021 **Nº Recibo:**

Processo: **Prazo Liquidação:** 0

CONTRATO/ANO	SD/ANO	TIPO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHO	SALDO DISPONÍVEL
007 / 2025		Global	5.059.501,57	23.100,00	5.036.401,57

HISTÓRICO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviço Técnico Especializado de Gerenciamento Eletrônico de Dados, Digitalização de Documentos Públicos com cessão de uma Digitalizadora de Alta Performance mm Regime de Comodato para suprir as necessidades desta Casa Legislativa, no Período de 02/02/2025 a 02/02/2026. Valor a ser empenhado para 11 meses, $. [PA: 007/25 | DISP=005/25 | TC=007/25].
Vlr da Dispensa: R$ 25.200,00, Vlr a ser empenhado para 11 meses: R$23.100,00 - Valor da parcela: R$ 2.100,00 + 1 Parcela para o Exercício de 2026.
Item da despesa: 5139 – Base legal: 02 – Modalidade: 25

Item	Especificação	Unid	Qtde	Unitário	Total
1	5139 - Locação de Sistemas de Tratamento Dados	UND	11,0000	2.100,0000	23.100,0000

VINTE E TRÊS MIL E CEM REAIS **23.100,00**

Emitido em 24/01/2025

Autorizo/Ratifico o empenho dessa despesa

ROSANA DE SOUZA SILVA
PRESIDENTE CAMARA Mat.002653

Essa despesa foi empenhada em crédito próprio

JEAN CARLOS SOUZA FERREIRA
Diretor Financeiro Mat.003223

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025

EXTRATO DO CONTRATO

Processo Administrativo: 005/2025. **Contrato** 007/2025. **Contratante:** Câmara Municipal de Candeias - Bahia **Contratada:** UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME CNPJ n° 18.805.649/0001-45.

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Vigência: 03/02/2025 a 03/02/2026. **Valor:** R$ 25.200,00 (VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS).

Dotação Orçamentária:

Unidade: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Projeto / Atividades: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

Fundamentação legal: art. 75, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

27/01/25

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 007/2025
Câmara Municipal de Candeias

1427

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO a manifestação do Agente de Contratação, que prevê a indicação de DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 72 e art.75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021, CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2025.**

Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação nos termos do parecer exarado pelo Agente de Contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado: Contratação de empresa para o fornecimento, licenciamento de uso de software para gerenciamento eletrônico de documentos públicos e cessão de uma digitalizadora de alta performance em regime de comodato para suprir as necessidades da câmara municipal de Candeias a fim de atender as novas diretrizes do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Sujeito a ser contratado: **UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME (CNPJ n° 18.805.649/0001-45**

Prazo de Vigência: **12 (doze) meses**

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro,
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 3605-8104

CERTIFICAÇÃO: 1F09A13A-B8C7-4B43-B9AF-CEBE70966C95

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001 – ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Valor Total: **R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)**
Fundamento Legal: Art. 72, INC II, da Lei Federal 14.133/2021.

Justificativa colacionada aos autos do processo de dispensa de licitação nº 005/2025.

Determino, ainda, que se leve a efeito, em no máximo 10 (dez) dias, a publicidade encarecida pelas normas de regência, em especial atenção, inclusive, à dicção do parágrafo único do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Outrossim, em atenção à orientação originária do Tribunal de Contas da União, exarada por conduto do acórdão nº 2458/2021, seja veiculada, igualmente, enquanto não estiver operacionalizada a função no PNCP, no Diário Oficial dos Municípios.

Candeias - BA, 27 de janeiro de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro,
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 3605-8104

CERTIFICAÇÃO: 1F09A13A-B8C7-4B43-B9AF-CEBE70966C95

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL | CANDEIAS – BAHIA

Ano 20 • Número 1428 • terça-feira • 28 de janeiro de 2025

SUMÁRIO

• DISPENSA EXTRATO DO CONTRATO Nº007/2025 2

CERTIFICAÇÃO: 1017E74C-9826-418A-A085-7CB505DC8D18

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001 – ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2025. **CONTRATO** 007/2025. **CONTRATANTE**: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA **CONTRATADA:** UNIPUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME CNPJ N° 18.805.649/0001-45.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO, LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS E CESSÃO DE UMA DIGITALIZADORA DE ALTA PERFORMANCE EM REGIME DE COMODATO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS A FIM DE ATENDER AS NOVAS DIRETRIZES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA.

VIGÊNCIA: 03/02/2025 A 03/02/2026. **VALOR:** R$ 25,200,00 (VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INC. II, DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

End.: Av. dos Três Poderes, s/n - Bairro Ouro Negro.
CEP: 43.800-000 - Candeias - Ba - Tel.: 3605-8104

CERTIFICAÇÃO: 1017E74C-9826-418A-A085-7C8505DC8D18